ReGeo ISSN: 2177-3246

A ZONA FRANCA DE MANAUS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS TERRITORIAIS, ECONÔMICOS E SOCIOCULTURAIS NO AMAZONAS

THE MANAUS FREE TRADE ZONE AS A PUBLIC POLICY FOR REGIONAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF TERRITORIAL, ECONOMIC AND SOCIOCULTURAL IMPACTS IN AMAZONAS

LA ZONA FRANCA DE MANAOS COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA EL DESARROLLO REGIONAL: UN ANÁLISIS DE LOS IMPACTOS TERRITORIALES, ECONÓMICOS Y SOCIOCULTURALES EN AMAZONAS

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-046

Data de submissão: 23/05/2026 **Data de publicação:** 07/07/2026

Luiz Aurélio Carvalho Leite
Especialista em Direito Tributário
Instituição: Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (Ciesa), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)
E-mail: luiz.leite@sou.unijui.edu.br

Wlademir Leite Correia Filho
Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional
Instituição: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)
E-mail: wlademir.filho@unijui.edu.br

RESUMO

Este artigo analisou a Zona Franca de Manaus (ZFM) como instrumento de desenvolvimento regional, com o objetivo de avaliar seus impactos territoriais, econômicos e socioculturais no estado do Amazonas. A pesquisa consistiu em uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e de caráter analítico-interpretativo. Os resultados mostraram que o modelo da ZFM foi importante para a industrialização da região, gerando crescimento econômico, empregos e movimentação do setor produtivo. Entretanto, esse desenvolvimento ocorreu de forma desigual, concentrando-se majoritariamente na capital (Manaus) e acentuando a disparidade socioespacial. Observou-se a formação de áreas de elevada concentração populacional e econômica, em contraste com a estagnação do interior do Estado. Além disso, a literatura apontou limitações estruturais, como a dependência de incentivos fiscais e a baixa diversificação na produção. Concluiu-se que o modelo apresentou resultados ambíguos: trouxe crescimento econômico, mas também reforçou os desequilíbrios territoriais, o que evidencia a importância de reavaliar suas estratégias.

Palavras-chave: Zona Franca de Manaus. Desenvolvimento Regional. Política Pública. Impactos.

ABSTRACT

This article analyzed the Manaus Free Trade Zone (ZFM) as an instrument for regional development, with the objective of evaluating its territorial, economic and sociocultural impacts in the state of Amazonas. The research consisted of a narrative literature review, with a qualitative and analytical-interpretative approach. The results showed that the ZFM model was important for the industrialization of the region, generating economic growth, jobs and movement of the productive sector. However, this development occurred in an unequal manner, concentrating mainly in the capital (Manaus) and accentuating socio-spatial disparity. The formation of areas with high population and economic

concentration was observed, in contrast to the stagnation of the interior of the State. Furthermore, the literature pointed out structural limitations, such as dependence on tax incentives and low diversification in production. It was concluded that the model presented ambiguous results: it brought economic growth, but also reinforced territorial imbalances, which highlights the importance of reassessing its strategies.

Keywords: Manaus Free Trade Zone. Regional Development. Public Policy. Impacts.

RESUMEN
Este artículo analizó la Zona Franca de Manaos (ZFM) como instrumento para el desarrollo regional, con el objetivo de evaluar sus impactos territoriales, económicos y socioculturales en el estado de Amazonas. La investigación consistió en una revisión narrativa de la literatura, con un enfoque cualitativo y carácter analítico-interpretativo. Los resultados mostraron que el modelo ZFM fue importante para la industrialización de la región, generando crecimiento económico, empleos y movimiento del sector productivo. Sin embargo, este desarrollo ocurrió de manera desigual, concentrándose principalmente en la capital (Manaos) y acentuando la disparidad socioespacial. Se observó la formación de áreas con alta concentración poblacional y económica, en contraste con el estancamiento del interior del Estado. Además, la literatura señaló limitaciones estructurales, como la dependencia de incentivos fiscales y la baja diversificación en la producción. Se concluyó que el modelo presentó resultados ambiguos: trajo crecimiento económico, pero también reforzó los desequilibrios territoriales, lo que destaca la importancia de reevaluar sus estrategias.

Palabras clave: Zona Franca de Manaos. Desarrollo Regional. Política Pública. Impactos.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, marcada por sua vasta extensão territorial e por desafios históricos de isolamento geográfico, vivenciou longos períodos de estagnação após o declínio de seus ciclos econômicos tradicionais, baseados sobretudo no extrativismo. Diante da necessidade de garantir a soberania nacional, promover a integração da região ao restante do país e reverter o esvaziamento demográfico e produtivo local, tornou-se imperativa a formulação de estratégias governamentais mais efetivas. Foi nesse cenário de vulnerabilidade econômica e de necessidade de ocupação estratégica do território que emergiram as bases para a criação de um modelo de desenvolvimento capaz de atrair investimentos, dinamizar a matriz produtiva e fixar a população na Amazônia Ocidental.

Portanto, a ZFM representou uma tentativa do Estado brasileiro de enfrentar a estagnação econômica regional, promover a ocupação do território e integrar economicamente a Amazônia ao restante do país e do mundo (Carvalho, 2015; Silva; Lucas; Oliveira, 2021). Dessa forma, a política buscou reestruturar tanto a gestão do território quanto a dinâmica das organizações, promovendo uma transição de uma economia majoritariamente extrativista para uma com maior foco industrial (Pellegrino, 2015), sem deixar de lado o setor comercial e o agropecuário.

A implantação desse modelo está associada a transformações relevantes no desenvolvimento econômico e na integração regional do estado do Amazonas. De acordo com estudos sobre a trajetória socioeconômica da Amazônia, os incentivos fiscais desempenharam papel crucial na atração de empresas, tanto nacionais quanto multinacionais, ajudando a consolidar o Polo Industrial de Manaus (PIM) (Lacerda, 2013; Rodrigues *et al*., 2024).

Por outro lado, a literatura também aponta que essa dinâmica esteve acompanhada de importantes contradições territoriais e socioculturais. A concentração de investimentos e atividades produtivas na capital contribuiu para a formação das chamadas “ilhas populacionais amazônicas”, caracterizadas pela forte aglomeração demográfica e econômica em Manaus, em contraste com a estagnação de grande parte do interior do Estado (Oliveira, 2020). Portanto, percebe-se que, apesar do modelo da ZFM ter impulsionado o dinamismo econômico, o processo de urbanização não foi equilibrado, levando a um crescimento urbano rápido e desorganizado, o que agravou as desigualdades socioespaciais (Campos; Erminio, 2018; Osório *et al.,* 2025; Silva; Scudeller, 2022).

Portanto, a relevância deste estudo reside na necessidade de ampliar o entendimento sobre os efeitos territoriais do modelo da ZFM, especialmente diante de evidências de concentração econômica e populacional na capital. Apesar de existirem outros estudos sobre o desempenho econômico da ZFM, ainda faltam análises que articulem de forma integrada os impactos econômicos, territoriais e socioculturais do modelo. Nesse sentido, este trabalho contribui para o tema ao explorar os impactos da

política pública na dinâmica regional, com foco na relação entre o crescimento econômico e a desigualdade territorial.

Diante desse cenário, este artigo visa analisar a ZFM como uma política de desenvolvimento regional, avaliando seus impactos econômicos, sociais e territoriais no Amazonas. O estudo busca compreender como os incentivos fiscais transformaram a economia local ao longo do tempo. Além disso, investiga um dos principais desdobramentos desse modelo: em que medida a concentração industrial na capital provocou a aglomeração populacional em Manaus e o esvaziamento do interior do estado.

Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e de caráter analítico-interpretativo. A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados como o Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar e bibliotecas digitais de teses e dissertações, a partir de termos relacionados à ZFM, ao desenvolvimento regional, às políticas públicas, ao território, aos impactos socioeconômicos e à Amazônia. Foram priorizados estudos com maior aderência ao problema de pesquisa, especialmente aqueles voltados à compreensão da ZFM como política pública de desenvolvimento regional e aos seus efeitos econômicos, territoriais e socioculturais no estado do Amazonas. Os documentos selecionados foram classificados em cinco eixos temáticos: (1) eixo central, reunindo estudos sobre o modelo da ZFM; (2) eixo de política pública, incluindo abordagens teóricas do desenvolvimento regional; (3) eixo econômico, concentrando análises sobre o desempenho e a dinâmica produtiva; (4) eixo territorial, contemplando impactos espaciais e demográficos, e no âmbito do trabalho; e (5) eixo complementar. Essa organização permitiu estruturar a análise de forma mais coerente com os objetivos do estudo e facilitar a articulação com a literatura.

O artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, a seção 2 (desenvolvimento do estudo) apresenta a revisão de literatura, que aborda a Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional, os resultados das análises documentais e a discussão dos resultados. Na seção 3 são apresentadas as conclusões e, por fim, a seção 4 inclui as referências científicas utilizadas ao longo do estudo.

2 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Este tópico destina-se ao desenvolvimento da pesquisa, etapa fundamental para a construção do embasamento teórico e para a análise do tema investigado. Inicialmente é apresentada a revisão da literatura, que contextualiza a evolução histórica, as bases jurídicas e a relevância econômica atual da ZFM. A partir dessa fundamentação, as seções subsequentes aprofundarão os demais aspectos centrais

que compõem o escopo deste estudo, permitindo uma compreensão clara e estruturada do objeto de análise.

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

2.1.1 Zona Franca de Manaus

Originalmente, a Zona Franca de Manaus foi criada como um porto livre, voltado ao armazenamento, depósito e beneficiamento de mercadorias estrangeiras. Foi no governo do então presidente JK que, por meio da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, o projeto foi sancionado, mas acabou não prosperando com a força desejada. O modelo econômico e institucional de desenvolvimento regional que permanece vigente até hoje só foi efetivado pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Esse novo diploma reestruturou a ZFM com uma forte base de incentivos fiscais federais e estaduais - abrangendo os polos industrial, comercial e agropecuário - e criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Além disso, a reformulação de 1967 delimitou a área geográfica do modelo a uma superfície contínua mínima de 10.000 km² à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, englobando Manaus e seus arredores, estendendo-se por 50 km a jusante (rio abaixo) e 70 km a montante (rio acima) da cidade.

Além disso, a ZFM ganhou maior estabilidade jurídica ao ser incorporada ao texto constitucional por meio do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), cujo artigo 40 garantiu inicialmente o regime por 25 anos, prazo posteriormente estendido até 2073 pelas Emendas Constitucionais nº 42/2003 e nº 83/2014. Somado a isso, durante a recente reforma tributária, a Emenda Constitucional nº 132/2023 inseriu o artigo 92-B ao ADCT para assegurar o diferencial competitivo da região frente aos novos tributos (IBS e CBS) e instituir o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas (Brasil, 2023).

O ano de 2025 foi marcado por resultados históricos para o Polo Industrial de Manaus, com 553 empresas ativas e 170 projetos futuros em implantação, o faturamento atingiu o recorde de R$ 227,67 bilhões (US$ 40,90 bilhões), representando expressivos crescimentos de 11,02% em reais e 8,68% em dólares na comparação com 2024. O desempenho positivo se estendeu às exportações, que cresceram 7,07% e somaram US$ 663,92 milhões. No mercado de trabalho, o polo registrou alta de 5,92% na geração de empregos diretos, alcançando uma média mensal de 131.401 trabalhadores em dezembro (Brasil, 2026).

2.1.2 Desenvolvimento regional

A compreensão da Zona Franca de Manaus como política pública de desenvolvimento regional fundamenta-se em diferentes correntes teóricas. Entre elas, destacam-se a Teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux, a Teoria da Causação Circular Cumulativa, de Gunnar Myrdal, e os efeitos de encadeamento propostos por Albert Hirschman.

Essas abordagens partem do pressuposto de que o desenvolvimento econômico tende a se concentrar em determinados polos, a partir dos quais se esperam efeitos de difusão para áreas vizinhas. Nesse sentido, a ZFM pode ser vista como uma estratégia do Estado para estabelecer intencionalmente um centro de desenvolvimento em Manaus, visando promover o crescimento econômico por meio dos efeitos de difusão esperados em áreas próximas e reduzir desigualdades regionais.

Ao mesmo tempo, a literatura também mostra que esses processos de concentração podem produzir efeitos cumulativos e aprofundar desigualdades territoriais, caso os benefícios do crescimento não sejam distribuídos de forma equilibrada. No caso da ZFM, diversos estudos indicam que, embora o modelo tenha promovido crescimento econômico relevante, seus efeitos territoriais foram limitados, resultando em forte concentração de renda, de infraestrutura e de população na capital, em detrimento do interior do Estado.

Desse modo, a literatura sobre desenvolvimento regional oferece um referencial importante para compreender a ZFM não apenas como instrumento de dinamização econômica, mas também como política pública cujos efeitos espaciais, sociais e institucionais precisam ser analisados de forma crítica.

Diante dessas contribuições, o Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais estudos selecionados, destacando seus objetivos, principais achados e seu enquadramento nos eixos temáticos adotados neste estudo.

Quadro 1. Síntese dos estudos analisados na revisão de literatura

Autor (ano)	Objetivo do estudo	Principal achado	Eixo
Barbosa (2013)	Contextualizar a ZFM como resposta à estagnação pós-ciclo da borracha.	A ZFM tornou-se a base de crescimento ao gerar emprego e renda na transição para um modelo substitutivo de importações na Amazônia.	Central
Brito (2021)	Discutir a ZFM sob os conceitos de territorialidade, mobilidade e impactos na cidade de Manaus.	O polo provocou intensa mobilidade de imigrantes para a capital, onde o desenvolvimento industrial não foi acompanhado de forma igualitária pelo desenvolvimento social.	Territorial
Brito e Maciel (2019)	Inquirir as transformações do trabalho no PIM no contexto do	A reestruturação agrava a precarização e o desemprego estrutural, e intensifica o controle	Territorial

	capital globalizado, como as fábricas chinesas.	da mão de obra nas chamadas "fábricas selvagens".	
Campos e Erminio (2018)	Avaliar os fundamentos da ZFM sob a perspectiva dos polos de desenvolvimento e de sustentabilidade socioambiental.	Apesar de concentrar a ocupação e gerar desafios urbanos, a aglomeração industrial ajudou o Amazonas a manter cerca de 98% da cobertura vegetal preservada.	Territorial
Carvalho (2015)	Discutir modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental e Ocidental e o papel da ZFM.	O modelo da ZFM privilegiou o grande capital, resultando na concentração de riqueza em Manaus e avanço de desigualdades e pobreza periférica.	Central
Gonçalves (2018)	Realizar uma análise econômica do modelo de desenvolvimento regional com base em indicadores socioeconômicos.	A atividade industrial do PIM associa-se positivamente à renda, mas tem impacto quase nulo ou limitado na melhoria da educação e do saneamento.	Economia
Gonçalves e Ehrl (2021)	Avaliar os efeitos econômicos da ZFM em comparação com o restante do país por meio de análises econométricas.	Os gastos tributários não aumentam o VAB nem a renda na mesma proporção do investimento, o que revela baixo efeito estrutural e externalidades negativas.	Economia
Lacerda (2013)	Investigar a origem da ZFM e os resultados práticos da sua implantação no Estado do Amazonas.	O modelo foi hábil em atrair empresas nacionais e transnacionais e em urbanizar a capital, mas falhou em irradiar desenvolvimento para o interior estagnado.	Central
Mendonça, Oliveira e Martins (2024)	Atualizar a revisão bibliográfica sobre a ZFM enquanto política pública, analisando produções de 2013 a 2022.	Há limitações da política na redução das desigualdades regionais e lacunas na pesquisa sobre a Indústria 4.0 e a reforma tributária.	Central
Morais (2025)	Analisar a legitimidade das normas de incentivos fiscais e se a tributação favorecida induz o desenvolvimento regional.	A ZFM gera ganhos mensuráveis (PIB, emprego, educação) sem restringir, de forma inconstitucional, a livre concorrência, garantindo a eficácia da política.	Política pública
Moura et al. (2025)	Compreender os impactos da recente reforma tributária (EC 132/23 e LC 214/25) sobre a ZFM.	A reforma afeta diretamente os incentivos-base da economia local, tornando indispensáveis adaptações e medidas compensatórias para evitar o enfraquecimento da região.	Política pública
Oliveira (2020)	Analisar a concentração territorial na Amazônia propondo o conceito de "Ilhas Populacionais".	Evidenciou-se um forte adensamento populacional, com renda e economia restritos a Manaus, o que gerou o esvaziamento do interior em meio à floresta.	Territorial
Osório et al. (2025)	Analisar indicadores socioeconômicos (IDH, emprego, renda) e correlacioná-los com a ZFM.	O modelo gera emprego formal e crescimento econômico expressivos, mas o Estado mantém uma dependência estrutural de isenções fiscais e de concentração de renda.	Central
Pellegrino (2015)	Analisar a ZFM sob a perspectiva do desenvolvimento histórico-econômico da Amazônia brasileira ocidental.	Constata-se baixa internalização tecnológica, ausência de interiorização efetiva e uso do polo quase como plataforma de montagem do capital transnacional.	Central
Queiroz, Silva e	Propor alternativas para os entraves	A dependência fiscal gera alta vulnerabilidade;	Política

Oliveira (2021)	estruturais e burocráticos que contribuem para a instabilidade do modelo ZFM.	o modelo precisa garantir segurança constitucional e mitigar a burocracia para aproveitar seu real potencial.	pública
Rey e Cardoso Júnior (2019)	Explicar a constitucionalização da ZFM em 1988 e discutir os desafios de sua manutenção a longo prazo.	Apenas a segurança jurídica dos incentivos não é suficiente; defende-se a necessidade urgente de reinvenção do modelo e de novas vantagens competitivas.	Central
Rodrigues et al. (2024)	Realizar uma análise comparativa dos indicadores da economia do Amazonas antes e depois da ZFM.	Houve um salto exponencial no PIB, na criação de empregos formais e na redução da pobreza extrema, com o efeito colateral de uma grave desigualdade nas áreas rurais.	Economia
Scherer (2004)	Estudar o desemprego e o trabalho precário diante da adoção de formas de "produção enxuta" nos anos 90.	O elevado desemprego obrigou trabalhadores a adentrar o mercado informal precário, o que gerou o fenômeno da exclusão ou "descidadanização".	Economia
Silva, Costa e Lucas (2019)	Analisar a evolução do modelo ZFM com foco nas teorias clássicas do desenvolvimento regional.	O modelo foi fortemente influenciado pelas teorias da Causação Circular (Myrdal), dos Polos de Crescimento (Perroux) e da Base Exportadora (North).	Política pública
Silva, Lucas e Oliveira (2021)	Relacionar a base teórica de desenvolvimento do modelo ZFM à chegada da 4ª Revolução Industrial (Indústria 4.0).	O polo absorve características das "externalidades dinâmicas", demonstrando capacidade de integrar o PIM à era da manufatura avançada e da Indústria 4.0.	Política pública
Silva e Scudeller (2022)	Apresentar um apanhado histórico focado na expansão urbana de Manaus e na degradação das microbacias hidrográficas.	O forte crescimento demográfico do êxodo rural gerado pela ZFM resultou em expansão desordenada e degradação socioambiental urbana (igarapés).	Territorial
Torres (2004)	Apresentar os níveis de emprego e desemprego associados ao cenário da reestruturação produtiva no Amazonas.	A reestruturação (automação) gerou índices altíssimos de desemprego estrutural, e a requalificação não foi suficiente para a reinserção dos trabalhadores.	Economia

Fonte: o autor (2026)

2.2 RESULTADOS

A partir da classificação temática da literatura selecionada, os resultados foram organizados em três subseções analíticas, alinhadas às dimensões de política pública, desempenho econômico e impactos territoriais.

2.2.1 ZFM como política pública de desenvolvimento regional

A criação da ZFM é uma das iniciativas mais importantes de desenvolvimento regional realizadas pelo Estado brasileiro na Amazônia, representando a mudança de uma economia baseada principalmente no extrativismo primário para uma estrutura urbano-industrial (Barbosa, 2013; Pellegrino, 2015). Originalmente estabelecida em 1957 como um porto livre, a política foi reformulada

na era do governo militar, especialmente com o Decreto-Lei nº 288, de 1967, que criou um centro industrial, comercial e agropecuário apoiado por incentivos fiscais para atrair investimentos transnacionais e superar os desafios logísticos da região. Para usufruir desses benefícios, as empresas precisam cumprir as exigências do Processo Produtivo Básico (PPB), que tem como objetivo incentivar a internalização produtiva e promover um grau de adensamento tecnológico (Mendonça, 2013; Queiroz; Silva; Oliveira, 2021).

Sob a perspectiva histórico-econômica e geopolítica, a ZFM esteve relacionada à doutrina de segurança nacional daquele período, cujo objetivo era preencher os chamados "vazios demográficos" na Amazônia e conectar a região ao Centro-Sul do país e às correntes do capital produtivo mundial (Brito, 2021; Carvalho, 2015; Pellegrino, 2015).

Como política de desenvolvimento regional, a ZFM foi criada como uma resposta às restrições locacionais e logísticas da região amazônica, especialmente no que diz respeito aos principais mercados consumidores do país. Para isso, a estratégia envolveu atrair empresas, principalmente de capital transnacional, por meio de incentivos fiscais (Seráfico; Seráfico, 2005). Acreditava-se que a instalação dessas empresas poderia gerar empregos, aumentar a renda e, assim, diminuir as desigualdades regionais que historicamente caracterizam o Norte do Brasil (Osório *et al.*, 2025).

Do ponto de vista teórico, esse paradigma apoia-se em correntes clássicas do desenvolvimento regional, especialmente na Teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux, na Teoria da Causação Circular Cumulativa, de Gunnar Myrdal, e nos Efeitos de Encadeamento, de Albert Hirschman (Silva; Lucas; Oliveira, 2021). De forma geral, essas teorias indicam que a criação de um polo econômico pode atuar como um indutor de desenvolvimento. Assim, o Estado buscou, de forma intencional, criar um polo de desenvolvimento em Manaus, com a expectativa de estimular o crescimento econômico e reduzir a concentração de riqueza nas regiões já desenvolvidas (Lima; Simões, 2010).

2.2.2 Estrutura organizacional e dinâmica produtiva

A estrutura organizacional da Zona Franca de Manaus concentra-se predominantemente no Polo Industrial de Manaus (PIM). A entidade encarregada de atrair empresas por meio de incentivos fiscais concedidos nas esferas federal (benefícios do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto de Importação - II, Imposto de Exportação – IE) é a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), nos termos do Decreto-Lei nº 288, de 1967 (Brasil, 1967; Brasil, 2004). Também no âmbito federal há a desoneração do PIS/PASEP e da COFINS, mas sob o controle da Receita Federal do Brasil.

Para obter tais vantagens, as empresas precisam cumprir as exigências do Processo Produtivo Básico (PPB), que define um conjunto mínimo de etapas industriais a serem executadas localmente. Em tese, esse mecanismo pretende fomentar a internalização da produção, a agregação de valor e algum grau de adensamento tecnológico (Mendonça, 2013; Pellegrino, 2015; Queiroz; Silva; Oliveira, 2021).

Na esfera estadual, a administração dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, focados principalmente na isenção e redução do ICMS, não é feita por um único órgão, mas sim por uma atuação conjunta de três entidades principais do governo do estado do Amazonas, algumas vezes atuando isoladamente outras vezes em conjunto, que são a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI), Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODAM) e a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (SEFAZ-AM).

Do ponto de vista econômico, a adoção desse modelo esteve ligada a mudanças relevantes na dinâmica produtiva do Amazonas. Conforme Rodrigues *et al.* (2024), o Produto Interno Bruto (PIB) do estado cresceu significativamente, saindo de aproximadamente R$10 bilhões na década de 1970 para R$100 bilhões em 2020. Essa tendência de expansão continua evidente nos dados mais atuais, com o PIB do Amazonas atingindo R$ 187,1 bilhões até 2025, impulsionado principalmente pelo setor industrial (Amazonas, 2025). Esse desempenho reforça uma trajetória de crescimento real notável do Estado, em comparação com a evolução histórica regional brasileira (Martins, 2026). O crescimento está fortemente impulsionado pelo setor industrial, já que o Polo Industrial de Manaus (PIM) registrou faturamento recorde de R$ 227,6 bilhões no mesmo ano (Brasil, 2026). Além disso, a taxa de emprego formal, antes da ZFM, era relativamente baixa e atingiu cerca de 70%, o que indica a inclusão de uma parcela importante da população no mercado de trabalho formal (Osório *et al.,* 2025; Rodrigues *et al.,* 2024).

Ainda assim, a literatura também chama a atenção para limites estruturais importantes da ZFM. Alguns estudos indicam que o PIM, muitas vezes, funciona como uma plataforma para montar componentes importados, apresentando pouco valor agregado local e pouca conexão com os Arranjos Produtivos Locais (APLs) (Gonçalves; Ehrl, 2021). Nesse contexto, nota-se uma dependência considerável dos incentivos fiscais, sugerindo que a competitividade das empresas na região depende, em grande parte, da manutenção desses benefícios, e não necessariamente de inovação tecnológica ou vantagens produtivas internas (Osório *et al.,* 2025; Queiroz; Silva; Oliveira, 2021).

Além disso, evidências empíricas indicam que, embora o modelo tenha sido eficaz em impulsionar o crescimento econômico, seus efeitos sobre indicadores estruturais de desenvolvimento permanecem limitados. Estudos econométricos apontam para a ausência de impactos consistentes em

variáveis como educação, saneamento e produtividade regional, indicando que a ZFM possui maior capacidade de dinamizar a economia do que de promover o desenvolvimento socioeconômico a longo prazo (Gonçalves, 2018; Gonçalves; Ehrl, 2021).

2.2.3 Impactos territoriais e socioculturais

A implementação da ZFM trouxe mudanças importantes na distribuição territorial e no desenvolvimento urbano da região. A criação de empregos industriais atraiu muitos migrantes para Manaus, capital do Amazonas, causando um movimento de êxodo rural e promovendo a reorganização do espaço urbano da cidade. Como consequência, houve intensificação de processos de segregação socioespacial, bem como a degradação de áreas urbanas, evidenciada pelo comprometimento de microbacias e igarapés (Silva; Scudeller, 2022).

No plano territorial, um dos efeitos mais recorrentes na literatura estudada refere-se à formação das chamadas "ilhas populacionais amazônicas", conceito desenvolvido por Oliveira (2020). Tal fenômeno demonstra a concentração populacional, de renda e atividades econômicas em Manaus diante da baixa dinamização econômica no interior do Estado. Neste contexto, vários estudos afirmam que a política não operou para integrar territorialmente a Amazônia Ocidental de maneira mais ampla, colocando o desenvolvimento com uma concentração muito forte na capital, enquanto que no interior do Estado os municípios continuavam a ter pouco acesso aos benefícios econômicos produzidos por eles (Oliveira, 2020).

Esse cenário de crescimento centralizado e urbanização desorganizada evidencia restrições significativas nos modelos de desenvolvimento utilizados na região. Ao analisar a configuração atual da Amazônia, Silva e Mueller (2025) mostram que ainda predomina um modelo que gera fortes desigualdades sociais e ambientais. Segundo os autores, a organização do espaço amazônico resulta em uma rede urbana desigual, na qual o crescimento econômico nem sempre se traduz em melhorias nas condições de vida da população. No caso do Amazonas, o fortalecimento do Polo Industrial de Manaus, ao mesmo tempo em que o interior perde dinamismo, evidencia esse descompasso entre geração de riqueza e distribuição de bem-estar social.

As transformações observadas também se refletem na dinâmica social e nas relações de trabalho. A reestruturação produtiva e a incorporação de novas tecnologias no Polo Industrial de Manaus passaram a demandar força de trabalho mais qualificada, o que, em muitos casos, contribuiu para a exclusão de trabalhadores das etapas mais automatizadas da produção (Brito; Maciel, 2019). Esse processo está associado a emergentes formas de desemprego estrutural e à ampliação de condições de trabalho mais precárias, fenômeno que Scherer (2004) denomina de "des-cidadanização".

Como resultado, parcela significativa da população acabou sendo absorvida por atividades informais, ampliando a vulnerabilidade social em áreas periféricas da cidade (Scherer, 2004; Silva, 2004; Torres, 2004). Por outro lado, a literatura também destaca que a concentração das atividades industriais em Manaus pode ter contribuído para inibir o desmatamento e manter os elevados índices de cobertura vegetal do Estado (Campos; Erminio, 2018; Holland, 2019).

De forma mais ampla, a literatura concorda ao indicar que a ZFM apresentou limitações no que se refere à interiorização do desenvolvimento regional, mantendo o crescimento fortemente concentrado na capital e restringindo a difusão dos benefícios econômicos para os municípios do interior. Por outro lado, alguns estudos destacam efeitos positivos associados ao modelo, especialmente no que diz respeito à conservação ambiental. A manutenção de altos níveis de cobertura vegetal no Amazonas indica que a concentração de atividades industriais em Manaus pode ter, ainda que indiretamente, ajudado a diminuir a pressão sobre áreas de floresta (Campos; Erminio, 2018; Holland, 2019).

De modo geral, os estudos avaliados mostram que a ZFM teve um impacto significativo na economia regional, embora apresente limitações importantes na distribuição dos benefícios, na diversificação da produção e na promoção de um desenvolvimento mais equilibrado na região (Osório *et al.,* 2025; Queiroz; Silva; Oliveira, 2021; Rodrigues *et al.,* 2024).

2.3 DISCUSSÃO

A análise da literatura revela que a Zona Franca de Manaus (ZFM) desempenhou, em grande medida, seu papel de promover o crescimento econômico do Amazonas e de toda a região Amazônica. Indicadores como a expansão do PIB estadual, que atingiu uma alta real de 4,41% e ultrapassou R$ 187 bilhões em 2025 (Amazonas, 2025), juntamente com o aumento nas taxas de emprego formal, demonstram o dinamismo gerado pelo PIM (Osório *et al.,* 2025; Rodrigues *et al.* 2024). Ainda assim, os estudos apontam que esse processo não ocorreu de forma homogênea. Embora os resultados macroeconômicos sejam notáveis, a distribuição da riqueza criada permanece desigual, indicando uma disparidade entre o progresso industrial e o desenvolvimento social. Essa situação reflete-se, por exemplo, na manutenção de desigualdades socioespaciais e na expansão de áreas periféricas com graves deficiências em infraestrutura urbana (Brito, 2021; Campos; Erminio, 2018; Pires; Calegare, 2017).

Quando a ZFM foi reformulada e impulsionada nos moldes atuais (durante o regime militar, em 1967, com a criação da SUFRAMA), a doutrina geopolítica brasileira era pautada pela segurança nacional. O objetivo era ocupar os “vazios demográficos” da Amazônia, povoar as fronteiras e integrar

a região ao resto do país para garantir a soberania territorial. Historicamente, as políticas de "integração nacional" destinadas à região, como a reestruturação da ZFM, basearam-se na visão de que a Amazônia é uma fronteira de recursos. Conforme discutem Johnson e Michelotti (2025), a inserção da Amazônia no sistema capitalista é atravessada por uma lógica de colonialidade que impôs visões exógenas de desenvolvimento, muitas vezes baseadas na negação dos modos de vida e do protagonismo dos povos e comunidades locais. Ao enxergar a região apenas como um espaço a ser explorado e integrado mercadologicamente, o modelo acabou perpetuando lógicas extrativistas e de dependência que estão na raiz das atuais assimetrias regionais do Estado.

Acreditava-se que Manaus seria o "Polo de Crescimento" inicial. A riqueza gerada ali deveria transbordar (por meio de efeitos de difusão ou gotejamento) para o interior do Amazonas, criando uma rede de cidades médias, estradas e infraestrutura, povoando de forma mais homogênea as calhas dos rios e as fronteiras com outros países.

O que ocorreu na prática foi exatamente o oposto do planejamento militar de espalhamento populacional. O Polo Industrial de Manaus (PIM) tornou-se um ímã tão poderoso de empregos, serviços (como hospitais e escolas) e renda que sugou a população do interior. Em vez de atrair apenas migrantes de outras regiões do Brasil às fronteiras, a ZFM estimulou o êxodo rural e ribeirinho amazônico.

Populações que antes habitavam calhas de rios distantes e áreas de fronteira migraram em massa para Manaus. O interior do Amazonas, geopoliticamente falando, continuou sendo um "vazio demográfico", tornando as fronteiras do Estado com Colômbia, Peru, Venezuela e Bolívia vulneráveis ao narcotráfico e a ilícitos transnacionais, exatamente o que os militares queriam evitar.

Atualmente, a cidade de Manaus concentra mais de 50% da população de um Estado maior do que o de muitos países. O estado do Amazonas é o maior do Brasil, com uma área territorial de 1.559.167,878 km². Essa vasta extensão é maior do que a soma de países europeus como Alemanha, França, Reino Unido e Japão, juntos. No mesmo sentido, supera o tamanho de países como Chile, Paraguai e Uruguai juntos.

Manaus é uma "ilha populacional". Do ponto de vista da doutrina de segurança nacional clássica, ter quase toda a população e o PIB de uma macrorregião concentrados em um único ponto é uma fragilidade estratégica.

Esse desequilíbrio parece estar diretamente relacionado à concentração do desenvolvimento em Manaus. A atração exercida pelo polo industrial estimulou fluxos migratórios contínuos em direção à capital, especialmente de populações do interior e de áreas ribeirinhas (Silva; Scudeller, 2022). Como resultado, Manaus consolidou-se como o principal polo populacional e econômico do Estado,

evidenciando um processo de centralização populacional e econômica associado à formação das chamadas "ilhas populacionais amazônicas", nas quais atividades econômicas, serviços e infraestrutura se concentram em um único centro urbano, enquanto grande parte do território permanece à margem dessas dinâmicas (Osório *et al.*, 2025; Oliveira, 2020).

Ao aprofundar a análise dessas disparidades territoriais, podemos interpretar a concentração em Manaus e o esvaziamento do interior à luz da Abordagem das Capacidades, de Amartya Sen, e das discussões sobre capital social de Robert Putnam, conforme analisado por Mueller (2020). Nesse contexto, a movimentação de populações do interior e de regiões ribeirinhas para a capital pode ser vista como uma expressão de agência individual, onde os indivíduos buscam ampliar suas capacidades e obter melhores oportunidades e condições de vida.

Além disso, ao contrário da visão que vincula o desenvolvimento principalmente ao capital social local, o caso do Amazonas indica que o crescimento econômico pode ocorrer de maneira relativamente independente dessas dinâmicas. O Polo Industrial de Manaus, que se desenvolveu através de incentivos fiscais e possui forte ligação com capitais externos, aproxima-se do conceito de Mueller (2020) sobre a prevalência da "agência de outros". Nesse contexto, as decisões estratégicas e produtivas são, em grande medida, definidas fora do território, reduzindo o controle efetivo das comunidades locais sobre seu próprio processo de desenvolvimento.

Essa configuração limita o potencial transformador das atividades econômicas instaladas na região e contribui para a manutenção das desigualdades socioespaciais, independentemente das características culturais ou do capital social da população local.

Os estudos analisados também evidenciam limites estruturais importantes do modelo. A dependência dos incentivos fiscais e tributários para sustentar a competitividade das empresas instaladas na região aparece como uma de suas principais fragilidades (Gonçalves; Ehrl, 2021; Queiroz; Silva; Oliveira, 2021). Soma-se a isso a baixa diversificação produtiva e a limitada integração com cadeias produtivas locais e APLs, o que leva parte dos estudos a caracterizar o polo industrial como uma plataforma de montagem de componentes importados, com reduzida agregação de valor local (Gonçalves; Ehrl, 2021), inobstante a existência de atividades industriais com forte regionalização.

Nesse contexto, a economia regional geralmente demonstra sensibilidade às mudanças institucionais, especialmente diante das oscilações políticas e das propostas de reformas tributárias em nível nacional (Rey; Cardoso Júnior, 2019), como foi o caso com a recente aprovação da Emenda Constitucional nº 132/2023 (Brasil, 2023).

A Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária) promoveu uma mudança significativa na tributação do consumo no Brasil. Houve um grande temor de que a eliminação do ICMS, IPI, PIS, COFINS e ISS pudesse acabar com o atual modelo. Para mitigar essas incertezas, foi incluído no ADCT o artigo 92-B, estabelecendo mecanismos para manter o diferencial competitivo da ZFM até 2073, além da criação de fundos voltados à diversificação econômica.

Por outro lado, inobstante ter falhado no objetivo de distribuição demográfica, a concentração em Manaus gerou um "efeito colateral" relevante: a preservação da Floresta Amazônica no estado do Amazonas. Como a economia se concentrou na indústria e a população migrou para a capital, o interior sofreu menor pressão por desmatamento em comparação com outros estados da Amazônia.

Assim, a Zona Franca de Manaus funciona como um escudo verde, porque, ao concentrar a geração de riqueza e empregos no PIM, reduziu-se a pressão econômica para desmatar o interior do Estado, pois se a economia amazonense fosse baseada, predominantemente, no agronegócio, como ocorre com os outros da Amazônia, haveria interiorização da riqueza, mas com desmatamento florestal.

Assim, essa dinâmica gerou uma desigualdade geográfica significativa dentro do próprio Estado, causando o despovoamento do interior e concentrando a riqueza no entorno do PIM.

O interior do Amazonas, sem uma matriz econômica forte, permaneceu e permanece, em grande parte isolado e dependente de repasse governamental, além de enfrentar altos índices de pobreza.

Esse quadro reforça a importância de aprofundar a análise sobre os efeitos territoriais do modelo, especialmente no que diz respeito à relação entre concentração econômica e dinâmica populacional, abrindo espaço para questionar em que medida essa política pública contribuiu para ampliar, e não reduzir, as desigualdades regionais.

3 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo analisar a Zona Franca de Manaus (ZFM) como uma política pública de desenvolvimento regional, buscando avaliar de forma crítica seus impactos econômicos, territoriais e socioculturais no estado do Amazonas. A partir da integração entre gestão territorial, dinâmica organizacional e mudanças socioculturais, buscou-se entender como os incentivos fiscais ajudaram a moldar a configuração regional nas últimas décadas.

Os resultados mostram que a ZFM atingiu, pelo menos parcialmente, seu objetivo principal. O modelo conseguiu estimular o crescimento econômico, incentivar a industrialização e aumentar o emprego formal na região (Osório *et al.,* 2025; Rodrigues *et al.*, 2024). Porém, a análise mostra que esse desenvolvimento foi irregular e ainda depende predominantemente de incentivos fiscais (Queiroz; Silva; Oliveira, 2021). Como resultado, houve uma forte concentração de economia e população em

Manaus, formando as chamadas “ilhas populacionais amazônicas” (Oliveira, 2020). Ao mesmo tempo, o interior do estado demonstra sinais de esvaziamento demográfico e pouca atividade econômica (Silva; Scudeller, 2022).

Dessa forma, o estudo evidencia uma questão central: embora a ZFM tenha sido eficaz como instrumento de dinamização econômica, sua capacidade de promover um desenvolvimento regional equilibrado é limitada. O modelo contribuiu para reduzir parcialmente as desigualdades entre regiões do país, mas acabou reproduzindo desigualdades internas no próprio estado do Amazonas, ao concentrar riqueza, infraestrutura e oportunidades na capital.

A partir dessas evidências, emergem novas questões relevantes. Em que medida a concentração econômica observada é uma consequência inevitável do modelo de polos de crescimento ou resultado de falhas na sua implementação? Como conciliar a manutenção do modelo industrial com estratégias que promovam maior interiorização do desenvolvimento? E quais alternativas econômicas seriam viáveis para reduzir a dependência do Polo Industrial de Manaus no longo prazo?

Esse estudo também apresenta limitações. Por se tratar de uma revisão narrativa de literatura, os resultados estão condicionados ao conjunto de estudos selecionados, bem como às abordagens adotadas pelos autores analisados. Assim, não se pretende esgotar a complexidade do tema, mas sim contribuir para a sistematização e interpretação crítica da literatura existente.

Nesse sentido, sugere-se uma agenda de pesquisas futuras voltada à análise mais aprofundada da dinâmica territorial do Amazonas. Investigações que explorem os fluxos migratórios, os impactos do crescimento urbano na qualidade de vida em Manaus e as consequências do esvaziamento do interior podem ampliar a compreensão sobre os efeitos do modelo. Além disso, estudos sobre novas matrizes econômicas, como bioeconomia, inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável, podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais integradas e menos dependentes dos incentivos fiscais.

Nesse cenário, a implementação de modelos que promovam a sociobiodiversidade regional se destaca como uma alternativa relevante, ainda que atue de forma complementar ao modelo atual. Silva Júnior e Azevedo (2025) apontam que a bioeconomia, apoiada nos recursos locais e nos conhecimentos tradicionais, como as cadeias de bioprodutos e fitoterápicos, tem potencial para promover um desenvolvimento mais sustentável na Amazônia. Contudo, eles ressaltam que esse progresso depende da colaboração entre governo e setor privado, com políticas públicas que assegurem infraestrutura, apoio à pesquisa e uma distribuição mais justa dos benefícios. Dessa forma, seria possível reduzir a dependência do modelo atual baseado em incentivos fiscais e ampliar as oportunidades de desenvolvimento na região.

Por fim, conclui-se que a Zona Franca de Manaus permanece como um instrumento relevante de desenvolvimento regional, mas enfrenta desafios estruturais importantes. A superação dessas limitações depende da capacidade de repensar o modelo atual, buscando estratégias que conciliem crescimento econômico, equilíbrio territorial e sustentabilidade no longo prazo.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (SEDECTI). **Amazonas cresce no PIB no 4º trimestre de 2025 e fecha ano com alta de 4,41%.** Disponível em: https://www.sedecti.am.gov.br/amazonas-cresce-no-pib-no-4o-trimestre-de-2025-e-fecha-ano-com-alta-de-441/. Acesso em: 26 mar. 2026.

BARBOSA, Evandro Brandão. Zona Franca de Manaus: política brasileira de desenvolvimento socioeconômico regional. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, ed. 184, 2013. Disponível em: https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/zona-franca-manaus.html. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. Altera o Sistema Tributário Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004. Altera a legislação tributária federal e as Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10996.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). **PIM quebra recorde histórico com faturamento de R$ 227,6 bilhões em 2025**, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/noticias/pim-quebra-recorde-historico-com-faturamento-de-r-227-6-bilhoes-em-2025. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRITO, Carlos Emílio Bessa de. Territorialidade: a Zona Franca de Manaus e seu impacto socioeconômico no estado do Amazonas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 2, p. 238-251, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v7i2.595. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRITO, Cleiton Ferreira Maciel; MACIEL, Jeanne Mariel Brito de Moura. Fábricas selvagens: transformações do trabalho no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 22, n. 1, p. 137-158, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v22i1.5562. Acesso em: 29 mar. 2026.

CAMPOS, Hélio Silvio Ourém; ERMINIO, Maria Ivanúcia Mariz. Desenvolvimento econômico, sociedade e meio ambiente: uma análise crítica sobre a Zona Franca de Manaus. **Revista Internacional Consinter de Direito**, n. 6, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.19135/revista.consinter.00006.16. Acesso em: 07 mar. 2026.

CARVALHO, André L. de. Amazônia: modelos de desenvolvimento e a questão Zona Franca de Manaus. **Geografia em Questão**, Cascavel, v. 8, n. 2, p. 109-128, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.48075/geoq.v8i2.12185. Acesso em: 12 mar. 2026.

GONÇALVES, Rogério da Cruz. **Uma análise econômica do modelo de desenvolvimento regional Zona Franca de Manaus**. 2018. 76 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2647. Acesso em: 26 mar. 2026.

GONÇALVES, Rogério da Cruz; EHRL, Philipp. Efeitos econômicos da Zona Franca de Manaus. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 253-279, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/e745f53b-5784-4110-bb26-21c836b77b73. Acesso em: 15 mar. 2026.

HOLLAND, Márcio (coord.). **Zona Franca de Manaus: impactos, efetividade e oportunidades**. São Paulo: Fundação Getulio Vargas – Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), 2019. Disponível em: https://www.gov.br/suframa/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca/estudo_fgv_zfm_impactos_efetividade_e_oportunidades.pdf/view. Acesso em: 25 mar. 2026.

JOHNSON, Guillermo Alfredo; MICHELOTTI, Fernando. Horizontes da modernidade amazônica e suas polaridades aparentes. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 23, n. 63, e17044, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2237-6453.2025.63.17044. Acesso em: 29 mar. 2026.

LACERDA, Miriã Cássia de Paula. **Um estudo sobre o desenvolvimento socioeconômico no Estado do Amazonas a partir da Zona Franca de Manaus**. 2013. 66 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/68308a2c-ae2c-41f4-a4a7-2da2f37ebdcf/content. Acesso em: 20 mar. 2026.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 21, 2010. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878/0. Acesso em: 26 mar. 2026.

MARTINS, William F. Uma análise histórica regional do crescimento econômico real nos estados do Brasil *(1995-2025)*. **Brasil em Mapas**, 2026. Disponível em: https://primeirapagina.com.br/wp-content/uploads/2026/03/uma-analise-historica-regional-do-crescimento-economico-brasileiro-1995-2025-brasil-em-mapas-2026.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

MENDONÇA, Mauricio Brilhante de. **O processo de decisão política e a Zona Franca de Manaus**. 2013. 290 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2013. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/teses-dissertacoes/o-processo-de-decisao-politica-e-zona-franca-de-manaus. Acesso em: 26 mar. 2026.

MENDONÇA, Maurício Brilhante de; OLIVEIRA, Ana Cláudia Pedrosa de; MARTINS, Laís Souza Pinto. Revisão bibliográfica da zona franca de Manaus enquanto política pública. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas (RP3)**, Brasília, n. 4, e52291, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.18829/2317-921X.2024.e52291. Acesso em: 18 mar. 2026.

MORAIS, Isabella Almeida Lobato. **Cabe à tributação induzir o desenvolvimento econômico regional?** Um estudo da política de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. 2025. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas,

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/266713. Acesso em: 25 mar. 2026.

MOURA, Flavia Luara Aguiar; FERREIRA FILHO, Guilherme Torres; PINHEIRO, Hadassa Paiva; FREITAS, Taisa Vasconcelos de; AGUIAR, Valdir Hilgenberg. A industrialização tardia do Amazonas e o papel da zona franca no desenvolvimento regional: impactos da reforma tributária para a zona franca de Manaus. **RCMOS**, v. 1, n.2, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i2.2025.1652. Acesso em: 16 mar. 2026.

MUELLER, Airton Adelar. Para Além de Putnam: Cultura, Capital Social e Liberdades no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/3510308/2020. Acesso em: 29 mar. 2026.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Ilhas populacionais amazônicas**: conceituação e análise de política de desenvolvimento regional à luz de resultados da Zona Franca de Manaus. 2020. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1179. Acesso em: 14 mar. 2026.

OSÓRIO, Maiara Carvalho; JOHONSON, Giselle Nicomedes; MOTA, Inocencio da Silva; SANTOS, Fernando de Almeida. A Influência dos Incentivos Fiscais da Zona Franca De Manaus no Desenvolvimento Regional: Uma Análise de Indicadores Socioeconômicos e Mercado de Trabalho. **Revista CINTEC**, Osasco, v. 3, n. 3, p. 85-102, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.23925/cintec.v3i1.72970. Acesso em: 22 mar. 2026.

PELLEGRINO, Lucas Nunes. **A Zona Franca de Manaus sob a perspectiva do desenvolvimento histórico-econômico da Amazônia brasileira ocidental (2002-2014)**. 2015. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2015. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d1997809-b249-4759-ac9d-0735b210cf7d/content. Acesso em: 08 mar. 2026.

PIRES, E. A.; CALEGARE, M. G. A. A habitação de interesse social no Brasil e sua expressão em Manaus. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 20, n. 3, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v20i3.4202. Acesso em: 26 mar. 2026.

QUEIROZ, Iris Rodrigues; SILVA, Claudenira Alves da; OLIVEIRA, Jean Serrão de. Zona Franca de Manaus: instabilidade do modelo e alternativas para o aproveitamento de seu real potencial. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, e528101119985, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19985. Acesso em: 10 mar. 2026.

REY, Kamyle Medina Monte; CARDOSO JÚNIOR, José Celso Pereira. A Zona Franca de Manaus pós Constituição Federal de 1988: trinta anos de desafios para a reinvenção do modelo de desenvolvimento da Amazônia. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 43, ed. especial, p. 227-252, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.33148/CeTropico_v.43n.esp(2019)p.221-246. Acesso em: 23 mar. 2026.

RODRIGUES, Icaro dos Santos; NEGREIROS, Miguel Carlos Viana; ALVES, Adenes Teixeira; PEREIRA, Bartolomeu Miranda. Análise comparativa da economia do Amazonas: antes e depois da implementação da Zona Franca de Manaus – impactos, desafios e oportunidades. **Revista Ibero-**

Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 12, p. 1128-1138, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v10i12.17172. Acesso em: 15 mar. 2026.

SCHERER, Elenise Faria. Desemprego, trabalho precário e des-cidadanização na Zona Franca de Manaus. **Somanlu - Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, ano 4, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.29327/233099.4.1-6. Acesso em: 09 mar. 2026.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 99-113, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/6rH7ry46DBDFHWNQ3b8bsFh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 mar. 2026.

SILVA JÚNIOR, Gildázio Pereira da; AZEVEDO, Mariangela Soares de. Desenvolvimento regional sustentável na Amazônia: o papel dos empreendimentos de fitoterápicos e políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 23, n. 63, e16898, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2237-6453.2025.63.16898. Acesso em: 29 mar. 2026.

SILVA, Giliad de Souza; MUELLER, Airton Adelar. Editorial - Dinâmicas territoriais e desafios socioambientais na Amazônia contemporânea: uma introdução ao debate. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 23, n. 63, e17503, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2237-6453.2025.63.17503. Acesso em: 29 mar. 2026.

SILVA, José Roselito Carmelo da; SCUDELLER, Veridiana Vizoni. Os ciclos econômicos da borracha e a Zona Franca de Manaus: expansão urbana e degradação das microbacias. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, e33611629103, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29103. Acesso em: 12 mar. 2026.

SILVA, Michele Lins Aracaty e; COSTA, Marcela Froes da; LUCAS, Mauro Maurício Barbosa. Análise do modelo Zona Franca de Manaus com base nas teorias de desenvolvimento regional. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PROCESSOS, POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 9., 2019, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...]. Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/18866. Acesso em: 18 mar. 2026.

SILVA, Michele Lins Aracaty e; LUCAS, Mauro Maurício Barbosa; OLIVEIRA, Marcílio Lima de. Teorias do Desenvolvimento Regional: o modelo da Zona Franca de Manaus e a 4ª Revolução Industrial. **Informe GEPEC**, v. 25, n. 2, p. 108-124, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.48075/igepec.v25i2.26512. Acesso em: 24 mar. 2026.

SILVA, Márcia Pelares Mendes. Impactos da reestruturação produtiva nas expressões de consciência de classe dos operadores de produção da Zona Franca de Manaus. **Somanlu - Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, ano 4, n. 1, p. 99-124, 2004. Disponível em: https://ask.orkg.org/item/234024619/Impactos-da-reestruturacao-produtiva-nas-expressoes-de-consciencia-de-classe-dos-operadores-de-producao-da-Zona-Franca-de-Manaus. Acesso em: 26 mar. 2026.

TORRES, Iraildes Caldas. Impactos da reestruturação produtiva no Amazonas – níveis de emprego e desemprego na Zona Franca e demais setores. **Somanlu - Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, ano 4, n. 1, p. 147-158, 2004. Disponível em: https://fileserver-az.core.ac.uk/download/234024619.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.